

RELATÓRIO FÓRUM ESTADUAL DCA
ANO 2003

A executiva do Fórum foi eleita na Assembléia Ordinária de Jan/2003, assumindo mandato pelo período de 1 ano. Foram eleitos para compor a executiva:

Givanildo Manoel da Silva – coordenador
Célia Aparecida de Souza - secretária
Francisca Rodrigues de Oliveira Pini – comissão de finanças
Edson Mauricio Cabral – comissão de comunicação
Aurea Satomi Fuziwara – comissão de articulação
João Aparecido Trevisan Neto – comissão de formação
Tiago Barbosa dos Santos – comissão de juventude

Durante esse ano, as principais ações do Fórum foram as seguintes:

- ✓ Intensificação da comunicação eletrônica.
Foi uma ação importante no sentido de dar maior agilidade na comunicação do Fórum. Não conseguimos, porém ter uma grande lista de endereços eletrônicos, principalmente do interior. Além disso, os endereços estão em uma lista, mas não foi feito um e-group.
- ✓ Boletins mensais.
Atividade fundamental para garantir a circulação de informações. Foram feitos 6 boletins, não se conseguindo porém, a garantia da periodicidade mensal, bem como o envolvimento de outros membros do Fórum para o recolhimento das informações.
Além do que, a distribuição por e-mail sofre do problema já citado no item anterior, uma lista de endereços aquém do ideal, principalmente no interior.
- ✓ Resgate de documentos sobre Associação estadual dos fóruns de defesa dos direitos da criança e do adolescente.
Essa ação visava a retomada de uma entidade que existiu, durante certo tempo no Fórum, e que foi esquecida, objetivando possibilitar a captação de recursos. Essa ação não avançou no sentido de, efetivamente, fazê-la funcionar.
- ✓ Criação da comissão de juventude.
Ação efetivada na assembléia de eleição de janeiro com a indicação do Tiago, que compôs a Executiva. Não resultou, contudo, uma consolidação da participação das crianças e adolescentes no Fórum.
- ✓ Eleições para representantes da sociedade civil no CONDECA.
Essa ação tomou bastante tempo e energia do Fórum. No início buscamos realizar uma articulação entre diversos membros do Fórum para comporem uma chapa. Ocorre que o Governo "bancou" candidaturas da sociedade civil, afinadas com suas propostas e interesses e efetivou um processo eivado de irregularidades, ilegal e ilegítimo, citando como exemplo o indeferimento das candidaturas da CUT; OAB; CRESS; CRP, alegando serem entidades de classe. O Fórum posicionou-se em todos os momentos do processo de forma contundente, contrário a todas irregularidades e desencadeando diversas ações de enfrentamento a situação. Articulamos a renúncia de diversas organizações compromissadas com a efetiva implantação do ECA no Estado de São Paulo
(Fundação Abrinq; CRAMI de Campinas; Conselho Regional de Psicologia; Conselho Regional de Serviço Social; Missão Atos; Fundação Orsa; Pastoral da Criança; Pastoral do Menor; Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; Movimento Nacional de Direitos Humanos; Inspetoria Salesiana; Projeto Meninos e Meninas de Rua de São Bernardo do Campo; CUT; OAB); questionamos no Ministério Público a possibilidade de participação dos Conselhos Municipais de Direitos, o que foi acatado, participamos inicialmente da comissão eleitoral, que

A reunião do Fórum foi realizada no Auditório Osório de Almeida, durante o período de 1º a 30 de maio, com a participação de 15 membros do Conselho Estadual de Defesa do Consumidor (CEDC) e representantes de diversas entidades da sociedade civil. A reunião teve como objetivo discutir o trabalho a ser desenvolvido pelo Conselho Estadual de Defesa do Consumidor em 2003. Durante a reunião, foram discutidos os seguintes temas:

Durante este ano, os trabalhos a serem realizados pelo Conselho Estadual de Defesa do Consumidor serão:

- ✓ **Atividade fundamental para o desenvolvimento do trabalho do Conselho Estadual de Defesa do Consumidor em 2003**
A primeira atividade fundamental para o desenvolvimento do trabalho do Conselho Estadual de Defesa do Consumidor em 2003 será a realização de um curso de capacitação para os membros do Conselho Estadual de Defesa do Consumidor. O curso terá como objetivo proporcionar aos membros do Conselho Estadual de Defesa do Consumidor conhecimentos e habilidades necessárias para o exercício das funções de defesa do consumidor. O curso será realizado em 10 dias, com carga horária de 100 horas, e será dividido em duas etapas. A primeira etapa será realizada em maio e a segunda etapa será realizada em junho. O curso será ministrado por especialistas em defesa do consumidor e será aberto para todos os membros do Conselho Estadual de Defesa do Consumidor.
- ✓ **Atividade fundamental para o desenvolvimento do trabalho do Conselho Estadual de Defesa do Consumidor em 2003**
A segunda atividade fundamental para o desenvolvimento do trabalho do Conselho Estadual de Defesa do Consumidor em 2003 será a realização de um curso de capacitação para os membros do Conselho Estadual de Defesa do Consumidor. O curso terá como objetivo proporcionar aos membros do Conselho Estadual de Defesa do Consumidor conhecimentos e habilidades necessárias para o exercício das funções de defesa do consumidor. O curso será realizado em 10 dias, com carga horária de 100 horas, e será dividido em duas etapas. A primeira etapa será realizada em maio e a segunda etapa será realizada em junho. O curso será ministrado por especialistas em defesa do consumidor e será aberto para todos os membros do Conselho Estadual de Defesa do Consumidor.
- ✓ **Atividade fundamental para o desenvolvimento do trabalho do Conselho Estadual de Defesa do Consumidor em 2003**
A terceira atividade fundamental para o desenvolvimento do trabalho do Conselho Estadual de Defesa do Consumidor em 2003 será a realização de um curso de capacitação para os membros do Conselho Estadual de Defesa do Consumidor. O curso terá como objetivo proporcionar aos membros do Conselho Estadual de Defesa do Consumidor conhecimentos e habilidades necessárias para o exercício das funções de defesa do consumidor. O curso será realizado em 10 dias, com carga horária de 100 horas, e será dividido em duas etapas. A primeira etapa será realizada em maio e a segunda etapa será realizada em junho. O curso será ministrado por especialistas em defesa do consumidor e será aberto para todos os membros do Conselho Estadual de Defesa do Consumidor.
- ✓ **Atividade fundamental para o desenvolvimento do trabalho do Conselho Estadual de Defesa do Consumidor em 2003**
A quarta atividade fundamental para o desenvolvimento do trabalho do Conselho Estadual de Defesa do Consumidor em 2003 será a realização de um curso de capacitação para os membros do Conselho Estadual de Defesa do Consumidor. O curso terá como objetivo proporcionar aos membros do Conselho Estadual de Defesa do Consumidor conhecimentos e habilidades necessárias para o exercício das funções de defesa do consumidor. O curso será realizado em 10 dias, com carga horária de 100 horas, e será dividido em duas etapas. A primeira etapa será realizada em maio e a segunda etapa será realizada em junho. O curso será ministrado por especialistas em defesa do consumidor e será aberto para todos os membros do Conselho Estadual de Defesa do Consumidor.

no decorrer do processo foi destituída arbitrariamente; entramos com representação no Ministério Público contra as ameaças sofridas pelo coordenador do Fórum Estadual; entramos com ação, via as organizações CUT e Associação Olha o Menino denunciando as irregularidades do processo; pressão junto ao MP que ajuizou ação civil pública, denunciando as irregularidades. Essa ação ainda encontra-se tramitando. Realização de audiências públicas na Assembléia Legislativa, chamada pela Comissão de Direitos Humanos da casa, criação de um grupo para revisão da lei de criação do CONDECA, visando corrigir distorções, como a não definição de forma clara da condução do processo eleitoral pela sociedade civil. Todo esse esforço empreendido foi avaliado como muito importante para o reconhecimento e fortalecimento do Fórum no Estado de São Paulo.

✓ **Participação nas Conferências**

Representantes do Fórum participaram de conferências regionais e municipais, estivemos na Conferência Estadual e Nacional.

Avaliamos que a participação do Fórum foi importante, principalmente na conferência estadual, fazendo o enfrentamento e denunciando as arbitrariedades que o Governo do Estado vem praticando. Foi feito relatório da Conferência Estadual e encaminhado ao CONANDA. Houve fortalecimento do Fórum no âmbito nacional, junto aos outros Estados, com distribuição de manifesto que contém a situação de São Paulo (Condeca, Febem, etc) que foi acolhido como moção da Conferência Nacional.

✓ **Realização da Conferência Lúdica Estadual**

O Fórum decidiu, organizou e realizou a III Conferência Lúdica Estadual de São Paulo, que foi avaliada como um grande sucesso. Apesar de todas as dificuldades, inerentes a esse tipo de ação, o Fórum conseguiu viabilizar e articular apoios e parcerias, mobilizar crianças e adolescentes, ter representatividade de diversas regiões do Estado. A Fundação Salvador Arena garantiu o recurso financeiro de R\$20.000,00, sendo que o Cedeca Paulo Freire possibilitou o recebimento do recurso. O Instituto Salesianos cedeu o espaço da Escola Liceu Coração de Jesus e o Cress SP disponibilizou a estrutura da Sede e onze escritórios, garantindo a inscrição e sistematização dos dados dos participantes. Os adolescentes foram protagonistas do processo, fazendo uma conferência que deve servir de exemplo e referência para as conferências oficiais, em face da organização e qualidade das propostas apresentadas. Outra conquista importante do Fórum foi a publicação da revista da III Conferência Lúdica Estadual, viabilizada com o recurso citado, com as propostas discutidas e apresentadas pelos participantes.

✓ **Grupo FEBEM**

O Fórum, como já dito, fazendo o enfrentamento à política para a infância e adolescência implantada no Estado de São Paulo, constituiu um grupo com diversos representantes para discutir a questão da FEBEM. Fizemos diversos encontros, solicitamos informações à presidência da instituição sobre os internos, que nos foi passada de forma um pouco confusa, procedemos a análise do material coletado, assinamos e propusemos manifestos, cartas abertas contra as ações do governo estadual.

Ocorre que esse tema vinha mobilizando outros grupos da sociedade civil (OAB e Fundação Abrinq) e então optou-se por unir forças. O grupo continua trabalhando na construção de propostas, encontrando-se periodicamente, tendo sido elaborado um planejamento estratégico para garantir a organicidade das ações.

✓ **Redução da idade penal**

O Fórum sempre teve um posicionamento contrário ao tema, e nos momentos mais críticos em que a proposta de redução aparece como a grande resposta ao problema da violência, temos nos posicionado e feito ações de defesa do cumprimento do ECA. Nesse ano, a situação não foi diferente e o Fórum realizou reunião para retomada do movimento contra a redução penal do estado de São Paulo.

no decorrer do processo foi dada a oportunidade de apresentar suas manifestações e, em seguida, o Conselho de Estado, após ouvir o Conselho de Estado, decidiu sobre o assunto. O Conselho de Estado, após ouvir o Conselho de Estado, decidiu sobre o assunto. O Conselho de Estado, após ouvir o Conselho de Estado, decidiu sobre o assunto.

Foram também realizadas reuniões com representantes de organizações da sociedade civil, com o objetivo de ouvir suas opiniões e sugestões. O Conselho de Estado, após ouvir o Conselho de Estado, decidiu sobre o assunto. O Conselho de Estado, após ouvir o Conselho de Estado, decidiu sobre o assunto.

Foram também realizadas reuniões com representantes de organizações da sociedade civil, com o objetivo de ouvir suas opiniões e sugestões. O Conselho de Estado, após ouvir o Conselho de Estado, decidiu sobre o assunto. O Conselho de Estado, após ouvir o Conselho de Estado, decidiu sobre o assunto.

Foram também realizadas reuniões com representantes de organizações da sociedade civil, com o objetivo de ouvir suas opiniões e sugestões. O Conselho de Estado, após ouvir o Conselho de Estado, decidiu sobre o assunto. O Conselho de Estado, após ouvir o Conselho de Estado, decidiu sobre o assunto.

Foram também realizadas reuniões com representantes de organizações da sociedade civil, com o objetivo de ouvir suas opiniões e sugestões. O Conselho de Estado, após ouvir o Conselho de Estado, decidiu sobre o assunto. O Conselho de Estado, após ouvir o Conselho de Estado, decidiu sobre o assunto.

- ✓ Debate sobre a proposta de lei de diretrizes de medidas sócio educativas
Em reunião no NCA/PUC, o representante do CONANDA, Cláudio Augusto Vieira da Silva, apresentou a lei de diretrizes e afirmou que já estava definida a necessidade da lei, bem como de parâmetros a serem definidos pelo CONANDA. Não aceitando essa situação, em parceria com a OAB e o MNMMR realizamos dois encontros na OAB onde o tema foi debatido, além da questão do direito penal juvenil e também da redução da idade penal. Os encontros contaram com a participação de um bom público e contribuiu para a construção de um posicionamento do Fórum, contrário à uma lei de diretrizes.
Além disso, participamos do encontro da região sudeste, realizado em MG para debate da proposta, onde denunciemos a pouca discussão desse tema com a sociedade civil organizada do Estado.
- ✓ Representações
Estivemos participando de reuniões do Fórum Nacional DCA, do I Seminário de Planejamento estratégico dos fóruns DCA da cidade de São Paulo, das Conferências, encontros de assistentes sociais e outros trabalhadores sociais no ABC, Santos e Bauru organizados pelo CRESS, Seminário Internacional de Avaliação, Sistematização e Disseminação de projetos sociais organizado pela Fundação Abrinq, reunião com o fórum municipal DCA de Osasco para debater o papel dos conselhos. Este debate também foi realizado em São Paulo e em Guarulhos.
- ✓ Coordenação dos Movimentos Sociais
O Fórum foi convidado e se fez presente em reunião para a criação de uma coordenação dos movimentos sociais no estado de São Paulo. O movimento da infância não tinha outra representação e entendemos fundamental aliarmos-nos aos demais movimentos sociais.

Avaliamos que o Fórum Estadual nesse ano avançou no sentido de fazer um enfrentamento mais efetivo e articulado à política implementada no Estado para a infância e juventude. Contudo as dificuldades e desafios para esse ano são muitos, alguns problemas estruturais que se prolongam a bastante tempo, e que mais uma vez, não conseguimos dar as devidas soluções.

- ✓ Maior articulação com os fóruns municipais/regionais;
- ✓ Participação mais ativa no fórum nacional;
- ✓ Infra estrutura do fórum estadual;
- ✓ Organização da documentação do fórum;
- ✓ Retomada do planejamento;
- ✓ Potencializar a participação de crianças, adolescentes e jovens;
- ✓ Incentivar e apoiar a criação de fóruns, onde não existam;
- ✓ Fazer com que as comissões sejam mais atuantes;
- ✓ Continuidade no trabalho com o grupo FEBEM;
- ✓ Acompanhar a atuação do CONDECA, fazendo os enfrentamentos necessários;
- ✓ Pressionar pela retomada do SIPIA, que saiu do controle da sociedade civil;
- ✓ Acompanhar as discussões sobre a lei de diretrizes;
- ✓ Continuar a luta contra a redução da idade penal;
- ✓ Efetivar uma articulação com os representantes do Estado no CONANDA.

Outros muitos desafios talvez não tenham sido citados aqui e a conjuntura nos impõe agilidade e flexibilidade. Agora, para que tenhamos esses atributos é premente a construção de legitimidade do fórum pela ampliação da participação e representatividade no Estado, para contribuirmos com a construção de uma identidade para o movimento da infância e a união com as demais frentes de luta por justiça social.

Depois de se reunir e discutir o projeto de lei de criação do Conselho Nacional de Defesa do Meio Ambiente (CONAMA), o presidente da Comissão, Cláudio Augusto Vieira da Silva, apresentou o texto do projeto e explicou que já estava sendo discutido no âmbito do Conselho de Defesa do Meio Ambiente (CDMA) e que já estava sendo discutido no âmbito do Conselho de Defesa do Meio Ambiente (CDMA) e que já estava sendo discutido no âmbito do Conselho de Defesa do Meio Ambiente (CDMA).

Em seguida, o presidente da Comissão, Cláudio Augusto Vieira da Silva, apresentou o texto do projeto e explicou que já estava sendo discutido no âmbito do Conselho de Defesa do Meio Ambiente (CDMA) e que já estava sendo discutido no âmbito do Conselho de Defesa do Meio Ambiente (CDMA).

O Conselho de Defesa do Meio Ambiente (CDMA) é um órgão de caráter consultivo, criado em 1981, com o objetivo de auxiliar o Poder Executivo na formulação de políticas e estratégias de defesa do meio ambiente.

Atualmente, o Conselho de Defesa do Meio Ambiente (CDMA) é composto por representantes de diversos setores da sociedade civil, incluindo academia, setor privado e organizações não governamentais.

- ✓ Manter atualizado o plano nacional de defesa do meio ambiente;
- ✓ Participar da elaboração de projetos de lei, decreto e resolução;
- ✓ Organizar o sistema de documentação do meio ambiente;
- ✓ Realizar o planejamento;
- ✓ Participar na elaboração de estudos, pesquisas e levantamentos;
- ✓ Incentivar e apoiar a criação de áreas protegidas;
- ✓ Fazer com que os recursos sejam bem utilizados;
- ✓ Contribuir na elaboração de planos de ação;
- ✓ Acompanhar a atuação da CIBRICA, órgão de administração, execução e prestação de serviços de saneamento básico;
- ✓ Acompanhar as atividades de controle de qualidade;
- ✓ Contribuir para a melhoria da qualidade do meio ambiente;
- ✓ Elaborar uma política nacional de defesa do meio ambiente.

Outros pontos importantes foram discutidos durante a reunião, incluindo a importância de fortalecer a atuação do Conselho de Defesa do Meio Ambiente (CDMA) e a necessidade de promover a participação da sociedade civil na gestão ambiental.